

ASCENSÃO E RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO MILITANTE ISLAMISTA NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Alexandra Magnólia Dias

A ascensão do movimento militante islamista no Norte de Moçambique, após um período de relativa negligência por parte dos *think tanks* dedicados ao estudo dos denominados grupos terroristas, passou a figurar nos mapas de África dedicados à expansão do islamismo militante em 2020. A título ilustrativo, na sequência dos primeiros atentados em Mocímboa da Praia a 5 de outubro de 2017, nos mapas com a presença dos «grupos militantes islamistas ativos em África», do Africa Center for Strategic Studies (ACSS), Moçambique só foi incorporado a partir de janeiro de 2019 com a sinalização de grupos sem filiação e não identificados. No mapa de janeiro de 2020 o ACSS já identificava os seguintes grupos: Soldados do Califado em Moçambique e Ahlu Sunnah Wa Jama'a (ASWJ)¹ (conhecidos como «Al-Shabaab»)². A negligência deste movimento não tem apenas uma manifestação internacional, já que em julho e agosto de 2016 ataques a postos (esquadras) de polícia no Norte de Moçambique foram retratados como tendo sido perpetrados pela RENAMO que negou a autoria dos mesmos³.

O presente artigo tem por período de análise de 5 de outubro de 2017 até 24 de março de 2021 e tem como pergunta de partida compreender em que medida a trajetória da insurgência em Cabo Delgado pode ser entendida enquanto manifestação da rutura de confiança entre o Estado pós-colonial e os residentes locais. Posto de outro modo, parte-se da premissa de que o Estado não ficou completo de uma vez por todas com a independência.

RESUMO

O presente artigo baseia a análise das origens da insurgência radical no Norte de Moçambique na relação com a resistência e/ou declínio do Estado. A opção teórica pretende oferecer uma perspetiva de análise deste tipo de movimentos para além dos Estudos de Terrorismo e de Segurança em voga desde o 11 de Setembro. A preocupação analítica central visa apreender em que medida as questões em causa sofreram mudanças ou, pelo contrário, refletem ressentimentos estruturais que se foram acentuando no decurso do longo processo de formação do Estado em relação com os grupos sociais locais. No final, tece um conjunto de considerações em torno das consequências inesperadas de respostas internas exclusivamente militares e acerca de intervenções internacionais de curto prazo e insuficientemente planeadas.

Palavras-chave: radicalismo, insurgência, intervenção internacional, Estado.

ABSTRACT

EMERGENCE
AND RESILIENCE
OF THE MILITANT
ISLAMIST MOVEMENT
IN NORTHERN
MOZAMBIQUE



This article bases the analysis of the origins of the radical insurgency in Northern Mozambique on the relationship between the state's resilience and/or decay. This theoretical option aims to offer an alternative perspective beyond the burgeoning Terrorism Studies' and Security Studies' literature since 9/11. The central analytical concern is to understand to what extent the issues at stake have changed or instead reflect deep seated grievances that emerged during the long course of the trajectory of state formation in relation to societal groups. Finally, it reflects on the unintended consequences of domestic military responses and short-term and ill-planned international interventions.

Keywords: radicalism, insurgency, international intervention, state.

Com efeito, o artigo defende que o processo de formação do mesmo está em curso e é sempre incompleto e reversível, havendo forças que concorrem para a sua consolidação e outras que concorrem para o seu enfraquecimento⁴. Em termos de abordagem metodológica o artigo assenta na estratégia metodológica qualitativa e tem por base trabalho de campo preliminar realizado em Maputo em janeiro de 2018 ao longo de três semanas, com recurso a entrevistas semiestruturadas com um conjunto de atores diversificado sobre os ataques ocorridos a 5 de outubro de 2017 em Mocimboa da Praia na província de Cabo Delgado. Os atores entrevistados incluíram académicos da Universidade Eduardo Mondlane, do ISCTEM, da Universidade Pedagógica, da Universidade Lúrio (Unilúrio), do Instituto Superior de Administração Pública, representantes de instituições do Estado, representantes da sociedade civil incluindo de organizações não governamentais(ONG), de organizações internacionais e de embaixadas de doadores tradicionais da OCDE presentes em Maputo⁵.

Na análise dos conflitos armados em África qualquer explicação assente numa causa única é à partida parcial e incompleta. Na revisão da literatura secundária publicada, merecem particular destaque os relatórios científicos de investigações levadas a cabo por instituições moçambicanas incluindo universidades moçambicanas⁶, instituições de investigação⁷ e/ou ONG⁸. Esta secção é fundamental para uma aproximação às principais causas apontadas para compreender a origem e evolução do movimento militante islamista no Norte de Moçambique.

Este artigo tem por objetivo a compreensão do papel da religião no conflito na sua relação com o papel do Estado, tendo em conta as especificidades locais que definem o contexto a partir do qual emerge este tipo de movimentos. Para se entender a trajetória do movimento militante islamista em Moçambique temos de começar por analisar a relação entre o Estado e a sociedade⁹ na província de Cabo Delgado. No contexto deste objetivo cabe explicitar a segunda premissa sobre a qual assenta o artigo: a análise da constelação de situações políticas locais constitui a chave para compreender a emergência da insurgência radical de inspiração religiosa e não as ligações externas¹⁰. Uma vez analisadas as causas consideramos as respostas por parte do Estado. A resposta por parte do Estado moçambicano, insuficientemente planeada, teve como saldo desde 2017 até à tomada de Palma em março de 2021, o falhanço total em proteger os cidadãos moçambicanos, a incapacidade de evitar uma escalada da violência e a expansão do ASWJ. Com efeito, devemos ter em consideração o poder das consequências inesperadas: neste caso, a intervenção por parte do Estado potenciou a capacidade de recrutamento do ASWJ e, com a escalada da violência e associação ao denominado Estado

Islâmico, observamos um acréscimo de sofisticação das táticas empregues pelo ASWJ. No final, encerramos com um conjunto de considerações acerca de uma intervenção internacional com base num conjunto de lições retiradas das respostas aos movimentos militantes islamistas no Sahel e no Corno de África. Passamos a analisar a relação entre a insurgência e a religião.

A INSURGÊNCIA E A RELIGIÃO

O artigo encontra-se ancorado num conjunto de premissas no que toca à relação entre a violência e a religião, que passamos a clarificar. Em primeiro lugar, a história do islão nas sociedades africanas é de uma grande riqueza e com maior complexidade do que nas sociedades ocidentais¹¹. As suas manifestações caracterizam-se por uma grande heterogeneidade, identificando-se os muçulmanos, em Moçambique como em outras sociedades africanas, com uma grande variedade de interpretações¹²: desde o sunismo, ao sufismo e ao salafismo, até às interpretações mais recentes tal como veiculadas pela Al-Qaida e pelo denominado Estado Islâmico. O islão e o político em África convergem numa pluralidade de formas que tanto resultam na consolidação e complementaridade face ao Estado como na resistência ao Estado¹³ e contribuindo em última instância para o seu enfraquecimento e desintegração¹⁴. Com efeito, o recurso ao islão tanto pode servir como instrumento para subverter/desafiar a autoridade política como para a consolidar¹⁵, sendo que no caso de Moçambique encontramos instâncias das duas manifestações ao longo do processo de formação do Estado¹⁶.

Este conjunto de premissas contraria a tendência dominante nos círculos de tomada de decisão para estabelecer umnexo causal entre a religião e o comportamento violento¹⁷. Na sequência desta associação errónea as respostas concentram-se na identificação dos atores e locais suspeitos de concorrerem para a radicalização dos jovens: encerram-se madrassas e perseguem-se imãs rotulados de radicais. Na realidade, a radicalização ideológica não tem por consequência obrigatória a comportamental e concluiu-se na sequência de entrevistas a 800 antigos combatentes do Al-Shabaab (Somália) e do Boko Haram que os recrutados por este tipo de movimento são tendencialmente jovens com menor conhecimento do Corão e uma prática recente e não refletida¹⁸. Se permanece misterioso aferir o conteúdo das bolsas de estudo que foram oferecidas a jovens moçambicanos uma década antes do ataque de outubro de 2017 em Mocímboa da Praia, o regresso de jovens com ideias e práticas distintas causou tensão junto de outros praticantes do islão, nomeadamente a redução do número de orações de cinco para três, o entrar nas mesquitas calçados, o repudiar da educação oferecida pelo Estado por ir de encontro a valores das sociedades ocidentais e o advogar do fim do Estado e subordinação à sharia (lei islâmica). Morier-Genoud considera que o ASWJ teve origem numa seita. Mas do repúdio das práticas locais do islão até aos ataques e violência direcionados aos residentes locais e o recurso a modos cada vez mais cruéis de matar – tais como decapitações, massacres, alvejar crianças em frente dos progenitores,

atirar as mesmas para caldeirões de água a ferver – vai uma distância abismal. Seria de esperar uma radicalização de grupos nas províncias que concentram maior número de cidadãos que se identificam enquanto muçulmanos, nomeadamente nas províncias de Niassa e de Nampula, esta última com 70% de muçulmanos em comparação com 58% em Cabo Delgado¹⁹. A religião por si só não justifica a atratividade do movimento e a sua capacidade de mobilização de jovens para as suas fileiras. Na realidade, o ASWJ oferece um modo de sobrevivência alternativo ao desemprego ou à criminalidade transnacional organizada, assim como uma causa com que se possam identificar²⁰; a exemplo do que acontece noutros contextos, é importante averiguar como se percecionam os jovens que ingressam nas fileiras deste tipo de movimentos: potencialmente, percecionam-se como heróis, vítimas ou mártires²¹ e não como terroristas ou atores impu-táveis por crimes de guerra.

O recurso ao rapto de jovens e de mulheres para efeitos de casamento forçado e/ou de escravatura sexual tem sido uma prática imitada de forma recorrente pelos vários movimentos militantes islamistas. É de esperar que no caso de Moçambique, e face às

NÃO HÁ DADOS QUE PERMITAM CONCLUIR QUE O DENOMINADO ESTADO ISLÂMICO EXERÇA ALGUM TIPO DE CONTROLO ESTRATÉGICO OU INFLUÊNCIA TÁTICA AO NÍVEL DO PLANEAMENTO DAS HOSTILIDADES PERPETRADAS PELO ASWJ.

dificuldades dos jovens e das suas famílias em preencherem os requisitos para o dote que os tornaria elegíveis para casar, o facto de ingressarem no ASWJ se torne atrativo na medida em que entre as outras oportunidades de sustento²² se adicione a oportunidade de o fazerem sem custos financeiros in comportáveis.

Esta imitação de outros movimentos militantes islamistas ao nível das práticas estava bem presente, ao nível da narrativa, nos primeiros vídeos produzidos pelo grupo, em que se verificava que o seu domínio do português era reduzido, bem como o conhecimento do Corão, assistindo-se a uma teatralização nas vestes e nas recitações entoadas. As ligações entre o ASWJ e o Estado Islâmico são defendidas cada vez mais por diversos analistas, no entanto não há dados que permitam concluir que o denominado Estado Islâmico exerça algum tipo de controlo estratégico ou influência tática ao nível do planeamento das hostilidades perpetradas pelo ASWJ.

O ASWJ oferece uma possibilidade de veicular uma raiva intensa individual e social provocada por outros fatores que não a religião. Na próxima secção analisamos a relação entre a insurgência e os fatores económicos, nomeadamente o acesso a recursos críticos tais como a terra.

A INSURGÊNCIA E A TERRA

Nos conflitos armados e nos contextos caracterizados pela recorrência de violência, como é o caso de Moçambique²³, é fundamental ter em conta a economia política do conflito, i. e., a própria conduta de hostilidades e a durabilidade do conflito apresentam

aos protagonistas oportunidades de acumulação e enriquecimento. A causa primordial que contribuiu para o espoletar de agravos entre os residentes locais foi a política de reassentamento levada a cabo pelo Estado na província de Cabo Delgado. A necessidade de disponibilizar terrenos para as empresas multinacionais (EMN), para os serviços associados à presença das EMN e, por fim, para o desenvolvimento de infraestruturas essenciais para garantir o escoamento dos recursos naturais para o mercado internacional, levou ao delinear de uma política de reassentamento *ad hoc* sem consulta popular e sem compensações e indemnizações justas para os grupos afetados.

Com base no estudo levado a cabo por Weimer et al. é possível concluir que no plano de criação do complexo e do porto de Palma o Estado não interveio de forma a garantir uma indemnização justa para os residentes locais, tendo a empresa ligada ao desenvolvimento do porto oferecido apenas 7,5 meticais por hectare²⁴. Nos restantes distritos em que a violência armada provocou queimadas, destruição e a deslocação em massa dos residentes sem qualquer pré-aviso, esta situação teve como consequência a impossibilidade de os mesmos levarem consigo algum documento comprovativo do seu direito de uso e/ou de herança da terra onde estavam enraizados.

A criação de condições por parte do Estado para a implantação de EMN a expensas dos residentes locais criou agravos e ressentimentos e tornou estes grupos vulneráveis ao recrutamento pelo ASWJ, o qual convergia com estes grupos na resistência face a um Estado percecionado como corrupto, ao serviço dos interesses de uma minoria política e que hipotecou os vastos recursos naturais moçambicanos desta província sem quaisquer dividendos para os residentes. Mas, de entre os residentes, há grupos mais afetados de forma negativa pela descoberta dos recursos naturais.

A tendência dominante na literatura tem sido a de associar a insurgência à maldição dos recursos. Na senda dos estudos de Douglas A. Yates em relação aos Estados em África dependentes de rendas associadas à exploração de outros hidrocarbonetos, tais como o petróleo, é de salientar que quer o petróleo quer o gás natural em si não corrompem mas sim o rendimento resultante do diferencial entre o preço final aplicado aos consumidores na venda dos produtos derivados da descoberta, produção, transporte, transformação e o marketing de hidrocarbonetos²⁵. Que condições precisamos de identificar para concluirmos que uma economia é dependente de rendimentos?²⁶ De acordo com o mesmo autor: 1) o produto nacional deve derivar em mais de 40% dos rendimentos associados ao petróleo; 2) a origem dos rendimentos deve ser proveniente de fontes externas à economia; 3) apenas uma minoria beneficia desse rendimento numa economia dependente de rendas; finalmente, 4) o Governo deve ser o principal recipiente desse rendimento²⁷. Desde a descoberta, em 2010, dos vastos depósitos de gás natural em Moçambique e da captação de investimento direto estrangeiro pelas principais EMN ligadas ao setor, podemos verificar que a bênção da descoberta dos recursos naturais alimentou mais disfuncionalidades preexistentes do que preencheu as expectativas de uma distribuição equitativa dos

rendimentos associados aos recursos naturais junto dos grupos locais. Com efeito, o Coeficiente de Gini de Moçambique em 2014 situava-se em 54%, colocando Moçambique no mesmo patamar dos Estados com maiores desigualdades sociais, seguindo a tendência de outros Estados caracterizados por uma economia dependente de rendas tais como Angola (55%), Chade (39%), Congo-Brazzaville (47%), Guiné Equatorial (65%), Gabão (41%), Nigéria (44%) e Sudão do Sul (46%)²⁸.

INSURGÊNCIA, POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E AUMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A província de Cabo Delgado é uma das províncias de Moçambique com maior incidência de pobreza e é marcada pela ausência ou presença reduzida de instituições e agentes do Estado. O distanciamento em relação à capital, a proximidade face ao Estado vizinho da Tanzânia e os laços étnicos e linguísticos independentemente das fronteiras dos Estados soberanos ditaram a marginalização no que toca ao desenvolvimento de infraestruturas de comunicação a ligar os grupos nos dois lados da fronteira internacional. Os serviços associados ao Estado ao nível da saúde e da educação são reduzidos e as oportunidades de sustento com base em atividades consideradas lícitas são mínimas. A pesca artesanal era uma das fontes de sustento para as famílias ao longo da costa.

AS CLIVAGENS ÉTNICAS ENTRE MACONDES E MWANI DESENVOLVERAM RESENTIMENTOS QUE TORNARAM OS MWANI MAIS VULNERÁVEIS À RADICALIZAÇÃO E MAIS PROPENSOS A INGRESSAR NESTES MOVIMENTOS.

Com o início da exploração do gás este modo de ocupação foi perturbado pelo impacto ambiental associado às atividades das EMN.

É uma região onde abundam atividades ilícitas cujo contrabando floresce através das fronteiras. As atividades ilícitas

encontram-se ligadas à exploração dos rubis, contrabando de madeiras preciosas e, dada a extensão da orla costeira, há ligações ao crime transnacional organizado da heroína²⁹. Os interesses dos atores que operam nestas áreas transfronteiriças são divergentes dos interesses da elite política que facilitou a entrada de EMN ligadas ao setor da exploração do gás.

A INSURGÊNCIA E A ETNICIDADE

As clivagens étnicas entre macondes, associados ao partido no poder e a cargos executivos no Estado, e os mwani³⁰, excluídos do acesso aos círculos de poder, dos benefícios associados com o acaparamento do Estado e dos dividendos das descobertas de recursos naturais na sua região, desenvolveram ressentimentos que tornaram os mwani mais vulneráveis à radicalização e mais propensos a ingressar nestes movimentos. Na realidade, esta é uma área que carece de maior investigação e em que os vazios de conhecimento tendem a ser povoados de especulações e evidência circunstancial, tendo os primeiros estudos confirmado esta associação. No entanto, com o desenrolar da crise, é de esperar uma maior fluidez e contingência das constelações sociais e políticas

locais³¹. A associação de grupos étnicos de forma binária e exclusivista a um dos lados do conflito parece carecer de sustentação empírica pois o estudo dos conflitos armados em África e em outras regiões do sistema internacional apresenta-nos contextos de extrema volatilidade e fluidez dos alinhamentos³². Faz todo o sentido apoiarmo-nos nos primeiros estudos que defendem esta tese de associação de ASWJ aos qitwani, estudos que resultaram de trabalho de campo na província numa altura em que o Estado permitia o acesso à área³³. Com a evolução do conflito e a resposta cada vez mais musculada por parte do Estado, em que os civis se tornaram também alvo de violações de direitos humanos alegadamente por parte das forças de defesa e de segurança (FDS) e das companhias militares de segurança privada (CMSP) de outros grupos, é plausível considerar e explorar a hipótese de que outros grupos, independentemente da sua identificação étnica, tenham ingressado nas fileiras do ASWJ. Acresce o facto de este movimento ter recorrido ao recrutamento pela via da força de residentes das localidades onde se foi implantando, sem atender à identidade étnica ou ao grupo geracional, com relatos de recrutamento de crianças-soldado.

As lições a retirar de outras insurgências radicais em áreas fronteiriças prendem-se à variação de combinações entre os grupos étnicos e os líderes dos movimentos islamistas que incitam à violência, podendo as autoridades tradicionais atuar enquanto mediadores na resolução de conflitos.

A EVOLUÇÃO DA INSURGÊNCIA FACE À RESPOSTA DO ESTADO

O acesso a Cabo Delgado a observadores independentes, quer jornalistas moçambicanos quer internacionais, foi sendo restringido até ser vedado com base em razões de segurança nacional; com efeito, e à semelhança do que aconteceu em outros contextos onde operam movimentos jihadistas, assistiu-se a uma securitização da investigação³⁴. Desta importante constatação decorre a necessidade de reconhecer a opacidade dos dados que emergem relativamente à evolução da insurgência e da resposta por parte do Estado nomeadamente até à tomada de Palma, a 24 de março de 2021, pelo ASWJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UMA INTERVENÇÃO INTERNACIONAL EM MOÇAMBIQUE³⁵

A tomada eminente da capital por parte dos movimentos militantes islamistas na Somália e no Mali, Mogadíscio e Bamako, respetivamente, catalisaram as intervenções na Etiópia a 24 de dezembro de 2006 e, no caso do Mali, das forças armadas de França, a 11 de janeiro de 2013. Nos dois casos há um conjunto de lições a retirar que nos podem servir de guia em relação a uma intervenção internacional no Norte de Moçambique em Cabo Delgado. As forças de defesa e de segurança do Estado moçambicano conduziram a resposta desde os primeiros ataques a 5 de outubro de 2017 com o recurso a companhias militares de segurança privadas (CMSP). Nos últimos anos, receberam maior destaque a russa Wagner e a sul-africana Dyck Advisory Group (DAG).

A primeira lição a retirar dos casos citados é a distância da insurreição em relação à capital. Nos dois casos citados, o risco de a capital ser tomada precipitou o pedido de auxílio internacional por parte dos governos. A capital da província de Cabo Delgado – Pemba – encontra-se afastada da capital moçambicana em 2600 quilómetros. A distância, combinada com a resistência por parte do Governo moçambicano em solicitar apoio internacional para além das CMSP, permite explicar uma parte do falhanço na resposta. Com o ataque a Palma, uma intervenção internacional para fazer face à expansão do movimento ASWJ ou do Al-Shabab torna-se incontornável.

A TOMADA DE PALMA A 24 DE MARÇO DE 2021 POR ESTE MOVIMENTO MARCA UM PONTO DE VIRAGEM IRREVERSÍVEL NA CONTRAINSURREIÇÃO POR, SIMBOLICAMENTE, REPRESENTAR O CENTRO DAS OPERAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO GÁS DAS PRINCIPAIS EMN.

A tomada de Palma a 24 de março de 2021 por este movimento marca um ponto de viragem irreversível na contrainsurreição por, simbolicamente, representar o centro das operações de exploração do gás das principais EMN, nomeadamente a TOTAL. Palma encontra-se dentro do raio de 25 quilómetros na zona de amortecimento entre as

ameaças da insurgência interna e o investimento direto estrangeiro nas reservas de gás na península de Afungi. Enquanto os residentes locais hesitam entre partir e regressar, os expatriados não vão regressar até estarem reunidas as condições de segurança contempladas no memorando de entendimento (MoU) entre o Governo moçambicano e as EMN. A segunda lição prende-se com a tendência para a multilateralização de intervenções bilaterais. No caso da Somália, a intervenção liderada pela Etiópia transformou-se numa intervenção da União Africana em março de 2007 mediante constituição da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). No caso do Mali, a operação Serval, liderada pela França, transformou-se na operação Barkhane em 2014 e foi complementada pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Pacificação do Mali (MINUSMA) e pela criação de uma coligação *ad hoc*³⁶ regional, o G5 Sahel. No caso do Norte de Moçambique, o Governo aceitou apoio à formação de militares moçambicanos em contrainsurreição por Portugal, Estados Unidos e Reino Unido, e deu continuidade ao recurso a CMSP, tendo substituído a DAG por outra sul-africana: a Paramount (2021).

As opções preferidas desde 2018 até 2021 de recurso a CMSP e a formação especializada no quadro da cooperação bilateral tendencialmente tendem a ser complementadas por uma intervenção internacional regional tal como comunicado na sequência da Cimeira Extraordinária da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) na designação original. A liderança permanece a questão em aberto, sendo expetável que a África do Sul assuma um papel de destaque rivalizado por Angola e o papel de dois Estados vizinhos contíguos: a Tanzânia e o Zimbabué. Outra alternativa possível, ainda no contexto multilateral, é o recurso a coligações *ad hoc*, como o Multinational Joint Task Force (MJTF) da bacia do lago Chade e o G5 Sahel, compostas por Estados das

regiões mais afetadas pelas atividades destes movimentos com base nas experiências de combate ao Boko Haram e aos movimentos do Sahel filiados na Al-Qaida no Magrebe islâmico respetivamente.

A terceira lição a retirar destas intervenções prende-se com as consequências inesperadas das mesmas. Primeiramente, é de destacar a ambivalência das intervenções no que toca ao acréscimo da insegurança que visavam mitigar. A ineficácia das intervenções internacionais é confirmada pela resistência dos movimentos militantes islamistas no Sahel e na Somália, pelo número de baixas em crescendo incluindo civis, pela transnacionalização dos ataques, nomeadamente, contra os Estados que integram as referidas missões de paz³⁷, e a sua capacidade de mobilização de novos combatentes locais é ampliada com a chegada de novos contingentes de combatentes estrangeiros que adquirem legitimidade face à internacionalização dos conflitos e capitalizam no recrutamento pelo apelo do combate às «forças de ocupação estrangeira».

A quarta lição prende-se com a necessidade de resistir aos apelos por parte dos residentes locais de constituírem milícias locais de autodefesa. As lições a retirar do Sahel face à efervescência de milícias locais convergem em evidenciar a multiplicação dos conflitos com maior incidência de conflitos intracomunitários e da intensidade dos confrontos em termos de baixas civis. Estas forças contribuem para o acentuar da incapacidade do Estado em exercer o monopólio dos meios de coerção legítima e conduzem a um maior afastamento dos residentes face ao Estado, que é tido mais como uma ameaça do que como preenchendo o requisito fundamental que justifica a sua existência: o garante da segurança e proteção da sociedade.

A quinta lição está relacionada com a sobreconcentração no instrumento militar e no combate ao extremismo violento e terrorismo quer ao nível da contrainsurreição, quer ao nível do apoio à reconstrução/consolidação do Estado, quer ao nível dos programas de engenharia social. A primazia das intervenções e respetivos programas destinados a mitigar estes movimentos centra-se no reforço do domínio militar ancoradas num paradigma de segurança e de estabilização imediata. Parte-se do pressuposto de que a ideologia islamista constitui um fator essencial na radicalização e como consequência a prevenção deve concentrar-se na contenção das ideias extremistas propagadas nas mesquitas e por imãs designados de radicais³⁸, descurando-se desta feita os fatores não ideológicos. Há na realidade uma distância entre a radicalização ideológica e aquela ao nível da ação violenta e a primeira não constitui a condição essencial da última³⁹. Como bem evidenciam Marchal e Salem, os processos de radicalização não são lineares, nem exclusivamente ideológicos, compreendendo antes aspetos de politização e socialização, decorrendo em última instância mais dos efeitos da marginalização e da precariedade sociais do que da vulnerabilidade psicológica e/ou individual⁴⁰. Com efeito, ao nível da engenharia social, o atrativo de bolsas de estudo no estrangeiro destinadas a jovens para doutrinação por parte de movimentos radicais islamistas e o recurso ao crime transnacional organizado como forma de sustento e sobrevivência tendem a decrescer

à medida que forem criadas oportunidades alternativas que garantam a sobrevivência com dignidade para os próprios e suas famílias.

A sexta lição a retirar é a necessidade de desenvolver uma abordagem holística à contrainsurreição e ir para além da abordagem concentrada no contraterrorismo ou no combate ao extremismo violento. Em complementaridade com a intervenção internacional, os programas de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento devem ter uma componente para prevenir e desradicalizar os grupos vulneráveis à mobilização por parte dos movimentos militantes islamistas, com particular enfoque nos jovens, bem como o apoio por parte dos doadores internacionais ao redesenhar de políticas públicas para a região que contemplem, em cada domínio de intervenção, uma componente de prevenção e que visem mitigar os efeitos da radicalização nos grupos locais. Finalmente, qualquer intervenção internacional terá de ser pensada a longo prazo visando o reforço do Estado em todos os domínios e não apenas no domínio militar. O principal desafio reside no restaurar da confiança entre o Estado e os cidadãos, imaginar um novo contrato social e apoiar a extensão dos seus agentes e instituições a esta área marginalizada garantindo a prestação mínima de serviços associados ao Estado⁴¹. *RI*

Data de receção: 15 de abril de 2021 | Data de aprovação: 29 de abril de 2021

Alexandra Magnólia Dias Professora auxiliar na NOVA FCSH e investigadora do IPRI-NOVA. Vice-coordenadora do Doutoramento em Estudos sobre Globalização. Tem sido investigadora principal e membro da equipa de diversos projetos de investigação. Efetuou trabalho de campo na Etiópia, na Eritreia, na Somalilândia/Somália, no Quênia e em Moçambique. Integrou as missões internacionais de observação das eleições presidenciais na Somalilândia em junho de 2010 e novembro de 2017. É membro fundador da

Mediterranean Women Mediators Network. Os seus interesses de investigação incidem sobre as dinâmicas e atores de segurança em África, relações internacionais em África, CPLP e espaço lusófono. A sua região de interesse privilegiado é o Corno de África. É antiga bolseira Chevening pertencendo à Rede Chevening Alumni.

> FCSH NOVA, Departamento de Estudos Políticos, Avenida de Berna 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal | alexandradias@fcsh.unl.pt

- 1 Significa «adeptos da tradição profética e da tradição». Não confundir nem com o Ahlu Sunna Waal Jamaa da Somália, de inspiração sufi, que foi o movimento mais eficiente no combate a Al-Shabaab na Somália, nem com este último que na Somália é formalmente designado por Harakatal-shabaab al-Mujaheedin.
- 2 ACSS – «Africa's Active Militant Islamist Groups». Janeiro de 2019, janeiro de 2020, fevereiro de 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/threat-from-african-militant-islamist-groups-expanding-diversifying/> e em: <https://africacenter.org/spotlight/spike-militant-islamist-violence-africa-shifting-security-landscape/>.
- 3 Jornalista Fátima Mimbire. AFRICA SESSIONS – «Terror ao Norte de Moçambique. Causas e consequências para a segurança internacional». 10 de abril de 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africasessions.com/category/sessions/>; DAVID, Manuel (Lichinga) – «Posto policial do Niassa é alvo de ataques de vandalismo». In *Deutsche Welle*. 8 de agosto de 2016. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/1Jdct>.
- 4 BIERSCHENK, T.; SARDAN, Jean-Pierre Olivier de – «Studying the dynamics of African bureaucracies. An introduction to states at work». In *States at Work: Dynamics of African Bureaucracies*. Leiden: Brill, 2014, p. 7.
- 5 Nessa altura foram exploradas as possibilidades de realização de trabalho de campo e desenvolvidos os primeiros contatos para negociação do acesso a Pemba, capital da província; no entanto, a segunda viagem de trabalho de campo ficaria adiada por não ter tido sucesso num concurso a financiamento para a investigação científica em que tinha apresentado um projeto com base no método comparativo para estudar movimentos militantes islamistas em África e na Europa. O projeto «Solidariedade Global na Prevenção e na Resposta à Radicalização nas Sociedades Internacionais Europeia e Africana», com a referência 032317, foi submetido a concurso da Fundação para a Ciência e Tecnologia 02/SAICT/2017 e não foi aprovado para financiamento tendo merecido classificação 3,83/5.
- 6 MACALANE, Geraldo Luís; JAFAR, Silvestre – *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): As Causas do Fenómeno pela Boca da População de Mocimboa da Praia*. Pemba: Universidade Rovuma Extensão Cabo Delgado, 2021.
- 7 HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João – *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocimboa da Praia*. Maputo: IESE, 2019. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- 8 FEIJÓ, João – *Caracterização e Organização Social dos Machababos a partir dos Discursos de Mulheres Raptadas*. Observatório do Meio Rural (2021). Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-109/>.
- 9 HALLIDAY, Fred – «Modern ideologies: political and religious». In HALLIDAY, Fred, ed. – *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 193-228.
- 10 BONATE, Liazzat – *Islamic Insurgency in Cabo Delgado: Extractive Industry, Youth Revolt and Global Terrorism in Northern Mozambique*. University of the West Indies, 2018.
- 11 ROBINSON, David – *Muslim Societies in African History*. Nova York-Port Melbourne-Cape Town: Cambridge University Press, 2004.
- 12 BONATE, Liazzat – «Roots of diversity in Mozambican Islam». In *Lusotopie*. Vol. 14, N.º 1, 2003, pp. 127-149; SHELL, Robert C.-H. – «Islam in Southern Africa, 1652-1998». In LEVTZION, Nehemia; POWWELS, Randall L., eds. – *The History of Islam in Africa*. Atenas-Oxford-Cidade do Cabo: Ohio University Press/James Currey/David Philip, 2000, pp. 327-348.
- 13 No sentido do conceito em inglês de «resilience».
- 14 VILALLÓN, L.; IDRISSE, Abdourahmane, ed. – *Democratic Struggle, Institutional Reform and State Resilience in the African Sahel*. Lanham: Lexington, 2020.
- 15 MACAGNO, Lorenzo – «Les nouveaux Oulémas». In *Lusotopie*. Vol. 16, N.º 1, 2007. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lusotopie/1079>. Este estudo revela como na fase final do Estado colonial em Moçambique as autoridades coloniais tentaram recorrer à tática de dividir para reinar, alimentando desentendimentos entre grupos de muçulmanos de inspiração distintas (sufis e wahabitas) como forma de garantir a resistência do Estado face às forças fissiparas da sociedade colonial que tendiam para a desintegração do mesmo. Os falantes de kimwani/muãni em Cabo Delgado ficaram reféns associados como simpatizantes da insurgência contra o Estado colonial e por parte dos maconde (comumente identificados como apoiando o movimento de libertação nacional) eram alvo de desconfiança de cooperação com as autoridades coloniais. WEIMER, Bernhard – *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as Suas Implicações para a Construção da Paz*. Maputo: IESE, p. 20. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- 16 BONATE, Liazzat – «Roots of diversity in Mozambican Islam», pp.127-149.
- 17 MARCHAL, Roland; SALEM, Zekeria Ould Ahmed – «La "radicalisation" aide-t-elle à mieux penser?». In *Politique africaine*. Vol. 149, N.º 1, 2018, p. 12. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em <https://doi.org/10.3917/polaf.149.0005>.
- 18 UNDP – *Journey to Violent Extremism in Africa: Drivers, Incentives and the Tipping Point for Recruitment*. Nova York: UNDP, 2017.
- 19 BONATE, Liazzat – *Islamic Insurgency in Cabo Delgado...*
- 20 Liazzat Bonate – AFRICA SESSIONS – «Terror ao Norte de Moçambique...».
- 21 SINGH, Rashmi – «Suicide bombers: victims, heroes or martyrs?». In SCHEIPERS, Sibylle, ed. – *Heroism and the Changing Character of War: Toward Post-Heroic Warfare?*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 251-267.
- 22 HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João – *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocimboa da Praia*. IESE: Maputo, 2019. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- 23 MORIER-GENOUD, Eric – *A Insurgência Jihádí em Moçambique: Origens, Natureza e Início*. Maputo: IESE, 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- 24 WEIMER, Bernhard – *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique...*
- 25 YATES, Douglas A. – «The rise and fall of oil-rentier states in Africa». In GRANT, J.; COMPAORÉ, W.; MITCHELL, M., eds. – *New Approaches to the Governance of Natural Resources: Insights from Africa*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015, p. 46.
- 26 No sentido de «rentier economy».
- 27 YATES, Douglas A. – «The rise and fall of oil-rentier states in Africa...», p. 49.
- 28 *Ibidem*, p. 50.
- 29 PIRIO, Gregory; PITTELLI, Robert; ADAM, Yussuf – *A Emergência do Extremismo Violento no Norte de Moçambique*. Washington DC: Africa Center for Strategic Studies, 2019. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/pt/spotlight/a-emergencia-do-extremismo-violento-no-norte-de-mocambique/>; WEIMER, Bernhard – *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique...*
- 30 A falta de consistência no emprego de «mwani» como grupo étnico e como língua gera alguma confusão. De acordo com Bonate, mwani (ou muãni) é a forma como se identificam os atores e kimwani refere-se à língua falada por este grupo étnico. BONATE, Liazzat – «Muslim memories of the liberation war in Cabo Del-

gado». In *Kronos: Southern African Histories*. Vol. 39, N.º 1, 2013, p. 242.

31 ENGEL, Ulf – «Introduction special issue: Africa's transregional conflicts». In *Comparativ*. Vol. 28, N.º 6, 2018, p. 16.

32 ADELKHAH, Fariba – «Guerre et terre en Afghanistan». *Critique internationale*. Vol. 90, N.º 1, 2021, pp. 69-96. Consultado em: 18 de abril de 2021.

33 HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João – *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique...*

34 MATEJA, Peter; STRAZZARI, Francesco – «Securitisation of research: fieldwork under new restrictions in Darfur and Mali». In *Third World Quarterly*. Vol. 38, N.º 7, 2017, pp. 1531-1550; ATTRAN, Scott; AXELROD, Robert; DAVIS, Richard; FISCHHOFF, Baruch – «Challenges in researching terrorism from the field». In *Science*. Vol. 355, N.º 6323, 2017, pp. 352-354.

35 Esta secção final baseia-se em parte num artigo publicado pela autora: DIAS, Alexandra M. – «Seis lições para uma intervenção internacional em Cabo Delgado». In *Diário de Notícias*. 16 de abril de 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/seis-licoes-para-uma-intervencao-internacional-em-cabo-delgado-13574656.html>.

36 Entende-se por coligações *ad hoc*

regionais as coligações de segurança constituídas fora da arquitetura de paz e segurança da União Africana e das comunidades económicas regionais para efeitos de cooperação face a movimentos radicais em África tais como o G5 Sahel, o Multinational Joint Task Force para combater o Boko Haram e a Iniciativa de Cooperação Regional para Eliminar o Exército de Libertação do Senhor (Regional Cooperation Initiative for the Elimination of the Lord's Resistance Army). Face às dinâmicas transregionais dos conflitos (ENGEL, Ulf – «Introduction special issue...») e/ou das ameaças também foram instituídas coligações que desafiam a rigidez do enquadramento regional. A título ilustrativo, é de salientar a proposta que perspetivava a flexibilização de intervenções por coligações de Estados com vontade manifesta fora da lógica regional – a African Capacity for Immediate Response to Crises (ACIRC) – e a abordagem à cooperação no domínio marítimo da segurança no âmbito do Processo de Yaoundé que congregou Estados-Membros das seguintes organizações regionais africanas: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). WILLIAMS, Paul D. – *Can Ad Hoc Security Coalitions in Africa Bring Stability?*. IPI Global Observatory, 2019. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2019/01/can-ad-hoc-security-coalitions-africa-bring-stability/>.

37 No caso da Somália, na sequência da integração na AMISOM de contingentes oriundos do Uganda e do Quênia, estes Estados foram alvo de ataques perpetrados pelo Al-Shabaab: no Uganda, em Kampala, no jogo da final do Mundial de 2010, o Al-Shabaab atacou um restaurante normalmente frequentado por expatriados e, em Nairobi, em setembro de 2013, levou a cabo o ataque contra o Centro Comercial Westgate, entre outros perpetrados no Distrito do Nordeste (North East District) e nas cidades costeiras, especificamente Mombaça.

38 MARCHAL, Roland; SALEM, Zekeria Ould Ahmed – «La "radicalisation" aide-t-elle à mieux penser?», p. 12.

39 CRETETZ, Xavier – «Penser la radicalisation: une sociologie processuelle des variables de l'engagement violent». In *Revue française de science politique*. Vol. 66, N.º 5, 2016, pp. 709-727.

40 MARCHAL, Roland; SALEM, Zekeria Ould Ahmed – «La "radicalisation" aide-t-elle à mieux penser?», p. 12.

41 McCANDLESS, Erin – *Reconceptualizing the Social Contract in Contexts of Conflict, Fragility and Fraught Transition*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand School of Governance, 2018.

BIBLIOGRAFIA

ACSS – «Africa's Active Militant Islamist Groups». Janeiro de 2019, janeiro de 2020, fevereiro de 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/threat-from-african-militant-islamist-groups-expanding-diversifying/> e em: <https://africacenter.org/spotlight/spike-militant-islamist-violence-africa-shifting-security-landscape/>.

ADELKHAH, Fariba – «Guerre et terre en Afghanistan». *Critique internationale*. Vol. 90, N.º 1, 2021, pp. 69-96. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/crui.090.0072>.

AFRICA SESSIONS – «Terror ao Norte de Moçambique. Causas e consequências para a segurança internacional». 10 de abril de 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africasessions.com/category/sessions/>.

ANDRÉ, Carla Maria Martins – «O movimento sufista islâmico na génese das confrarias: as confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique». Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

ATTRAN, Scott; AXELROD, Robert; DAVIS, Richard; FISCHHOFF, Baruch – «Challenges in researching terrorism from the field». In *Science*. Vol. 355, N.º 6323, 2017, pp. 352-354. DOI: 10.1126/science.aaj2037.

ATTRAN, Scott; AXELROD, Robert; DAVIS, Richard; FISCHHOFF, Baruch – «Challenges in researching terrorism from the field». In *Science*. Vol. 355, N.º 6323, 2017, pp. 352-354.

AUGÉ, Benjamin – *Mozambique: les Défis Sécuritaires, Politiques et Géopolitiques du Boom Gazier*. IFRI, 2020 (agosto). Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/publications/etudes-de-lifri/mozambique-defis-securitaires-politiques-geopolitiques-boom-gazier>.

AUGÉ, Benjamin – *Mozambique: Security, Political and Geopolitical Challenges of the Gas Boom*. IFRI, 2020. https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/auge_mozambique_gas_boom_2020_0.pdf.

BIERSCHENK, T.; SARDAN, Jean-Pierre Olivier de – «Studying the dynamics of African bureaucracies. An introduction to states at work». In *States at Work: Dynam-*

ics of African Bureaucracies. Leiden: Brill, 2014, p. 7.

BONATE, Liazzat – «Roots of diversity in Mozambican Islam». In *Lusotopie*. Vol. 14, N.º 1, 2003, pp. 127-149.

BONATE, Liazzat – «Muslim memories of the liberation war in Cabo Delgado». In *Kronos: Southern African Histories*. Vol. 39, N.º 1, 2013, p. 242.

BONATE, Liazzat – *Islamic Insurgency in Cabo Delgado: Extractive Industry, Youth Revolt and Global Terrorism in Northern Mozambique*. University of the West Indies, 2018.

CRETETZ, Xavier – «Penser la radicalisation: une sociologie processuelle des variables de l'engagement violent». In *Revue française de science politique*. Vol. 66, N.º 5, 2016, pp. 709-727.

DAVID, Manuel (Lichinga) – «Posto policial do Niassa é alvo de ataques de vandalismo». In *Deutsche Welle*. 8 de agosto de 2016. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/1Jdct>.

- DIAS, Alexandra M. – «Seis lições para uma intervenção internacional em Cabo Delgado». In *Diário de Notícias*, 16 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniaao/seis-liceoes-para-uma-intervencao-internacional-em-cabo-delgado-13574656.html>.
- ENGEL, Ulf – «Introduction special issue: Africa's transregional conflicts». In *Comparativ*. Vol. 28, N.º 6, 2018.
- EWI, Martin; PLESSIS, Anton Du – «Counter-terrorism and pan-africanism: from non-action to non-indifference». In SAUL, Ben, ed. – *Research Handbook on International Law and Terrorism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014, pp. 734-753.
- FEIJÓ, João – *Caracterização e Organização Social dos Machababos a partir dos Discursos de Mulheres Raptadas*. Observatório do Meio Rural, 2021. <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-109/>.
- HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João – *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocimboa da Praia*. Maputo: IESE, 2019. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- HALLIDAY, Fred – «Modern ideologies: political and religious». In HALLIDAY, Fred, ed. – *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 193-228.
- MACAGNO, Lorenzo – «Les nouveaux Oulémas». In *Lusotopie*. Vol. 16, N.º 1, 2007. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lusotopie/1079>.
- MACALANE, Geraldo Luís; JAFAR, Silvestre – *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): As Causas do Fenómeno pela Boca da População de Mocimboa da Praia*. Pemba: Universidade Rovuma Extensão Cabo Delgado, 2021.
- MARCHAL, Roland – «Une lecture de la radicalisation djihadiste en Somalie». In *Politique africaine*. Vol. 149, N.º 1, 2018, pp. 89-111. DOI: <https://doi.org/10.3917/polaf.149.0089>.
- MARCHAL, Roland; SALEM, Zekeria Ould Ahmed – «La "radicalisation" aide-t-elle à mieux penser?». In *Politique africaine*. Vol. 149, N.º 1, 2018, pp. 5-20. DOI: <https://doi.org/10.3917/polaf.149.0005>.
- MARTY, Jesus Perez – «Cabo Delgado na encruzilhada: desafios para o desenvolvimento e a governação num contexto de mudança». In JOAQUIN, Bidanrratzaga; ALBERDI, Eduardo, ed. – *Desarrollo Humano Local en Mozambique*. Bilbao: HEGOA, 2014, pp. 35-56.
- MATEJA, Peter; STRAZZARI, Francesco – «Securitisation of research: fieldwork under new restrictions in Darfur and Mali». In *Third World Quarterly*. Vol. 38, N.º 7, 2017, pp. 1531-1550.
- McCANDLESS, Erin – *Reconceptualizing the Social Contract in Contexts of Conflict, Fragility and Fraught Transition*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand School of Governance, 2018.
- MORIER-GENOUD, Eric – *A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início*. Maputo: IESE, 2021. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- ORRE, Aslak Jangård; RØNNING, Helge – *Mozambique: A Political Economy Analysis*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2017. Disponível em: <http://www.nupi.no/Publikasjoner/CRISTin-Pub/Mozambique-A-Political-Economy-Analysis>.
- PIRIO, Gregory; PITTELLI, Robert; ADAM, Yussuf – *A Emergência do Extremismo Violento no Norte de Moçambique*. Washington DC: Africa Center for Strategic Studies, 2019. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/pt/spotlight/a-emergencia-do-extremismo-violento-no-norte-de-mocambique/>.
- ROBINSON, David – *Muslim Societies in African History*. Nova York-Port Melbourne-Cape Town: Cambridge University Press, 2004.
- SANTOS, Francisco Almeida dos – *Guerra no Norte de Moçambique, Uma Região Rica em Recursos Naturais – Seis Cenários*. Bergen: Christopher Michelsen Institute, 2020. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/7233-guerra-no-norte-democambique-uma-regiao-rica-em-recursos-naturais-seis-cenarios>.
- SEDGWICK, M. – «The concept of radicalization as a source of confusion». In *Terrorism and Political Violence*. Vol. 22, N.º 4, 2010, pp. 479-494.
- SHELL, Robert C.-H. – «Islam in Southern Africa, 1652-1998». In LEVTZION, Nehemia; POUWELS, Randall L., eds. – *The History of Islam in Africa*. Atenas-Oxford-Cidade do Cabo: Ohio University Press/James Currey/David Philip, 2000, pp. 327-348.
- SINGH, Rashmi – «Suicide bombers: victims, heroes or martyrs?». In SCHEPERS, Sibylle, ed. – *Heroism and the Changing Character of War: Toward Post-Heroic Warfare?*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 251-267.
- UNDP – *Journey to Violent Extremism in Africa: Drivers, Incentives and the Tipping Point for Recruitment*. Nova York: UNDP, 2017.
- WEIMER, Bernhard – *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as Suas Implicações para a Construção da Paz*. Maputo: IESE, 2020, p. 20. Consultado em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.
- WILLIAMS, Paul D. – *Can Ad Hoc Security Coalitions in Africa Bring Stability?* IPI Global Observatory, 2019. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2019/01/can-ad-hoc-security-coalitions-africa-bring-stability/>.
- YATES, Douglas A. – «The rise and fall of oil-rentier states in Africa». In GRANT, J.; COMPAORÉ, W.; MITCHELL, M., eds. – *New Approaches to the Governance of Natural Resources: Insights from Africa*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015, pp. 45-64.